



Um terço dos governadores tem os mandatos questionados na Justiça

Passados menos de quatro meses do início do atual mandato, um terço dos governadores eleitos em outubro já tem os mandatos questionados na Justiça. Levantamento feito nos Tribunais Superior Eleitoral e Regionais Eleitorais mostra que 11 dos 27 chefes dos Executivos estaduais são acusados de condutas como abuso de poder político e econômico, uso indevido de meios de comunicação e captação ilícita de sufrágio, termo jurídico pelo qual é conhecida a prática de compra de votos. A reportagem é da jornalista Mariângela Gallucci, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Se forem considerados culpados pela Justiça Eleitoral, esses governadores terão de deixar os cargos e ainda correm o risco de ficarem inelegíveis, por causa da Lei da Ficha Limpa. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido que essa norma não poderia barrar nenhuma candidatura na eleição passada, a lei está em vigor e crimes cometidos na campanha de 2010 podem transformar um político em ficha-suja.

Entre os governadores com mandato contestado estão os de Minas, Antonio Anastasia (PSDB), do Acre, Tião Viana (PT), e do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB). O chefe do Executivo de Roraima, José de Anchieta Junior (PSDB), chegou a ter o diploma de governador cassado pelo TRE de seu Estado. Em fevereiro, porém, o tucano conseguiu uma liminar no tribunal superior que garantiu a permanência no governo até o julgamento definitivo do recurso.

Anchieta Junior foi acusado de usar indevidamente na campanha uma rádio pertencente ao Estado. O TRE tinha determinado que ele deixasse o posto e que o governo fosse assumido pelo segundo colocado na eleição, Neudo Campos (PP), mas o TSE suspendeu os efeitos da decisão. Numa outra ação que ainda vai ser julgada pelo TSE, Neudo Campos acusa Anchieta Junior de uso indevido dos meios de comunicação e abuso de poder político e econômico.

Convênios com prefeituras

No governo do Maranhão desde abril de 2009, quando o então governador Jackson Lago foi cassado pelo TSE, a agora reeleita governadora Roseana Sarney (PMDB) enfrenta recursos que pedem a perda de seu mandato.

Candidato derrotado ao Senado na eleição passada e ex-aliado da família Sarney, o ex-governador José Reinaldo Tavares (PSB) sustenta em um dos recursos que, durante a campanha, ocorreu abuso de poder político e econômico, captação ilícita de sufrágio e fraude.

Conforme Tavares, a governadora teria celebrado convênios com quase todas as prefeituras do Estado em junho do ano passado, num total que ultrapassaria R\$ 400 milhões. O objetivo seria garantir a reeleição de Roseana, segundo o político.

Os convênios entre Estado e prefeituras também são citados nas ações que o ex-ministro Hélio Costa (PMDB), derrotado na eleição em Minas por Antonio Anastasia, moveu contra o tucano por suposta prática de abuso de poder. Segundo o peemedebista, em junho e julho o governo teria firmado convênios com mais de 800 municípios. "Em apenas um dia (30/06/2010) foram publicados nada menos que 681



convênios, 37% a mais do que o total de convênios publicados durante todo o mês de junho de 2009", afirma Hélio Costa.

Serviços contratados

No Acre, o Ministério Público Eleitoral acusa Tião Viana de abuso de poder político e econômico e uso indevido de meios de comunicação. De acordo com os procuradores, na campanha também teriam sido usados servidores de empresas privadas que executavam serviços para o governo estadual.

Além de Anchieta Junior, Tião Viana, Roseana e Anastasia, enfrentam ações na Justiça Eleitoral mais sete políticos. São questionados os governadores Wilson Martins (PSB), do Piauí; Siqueira Campos (PSDB), do Tocantins; Rosalba Ciarlini (DEM), do Rio Grande do Norte; Omar Aziz (PMN), do Amazonas; Cid Gomes (PSB), do Ceará; Teotônio Vilela (PSDB), de Alagoas; Silval Barbosa (PMDB), de Mato Grosso.

Todos os 11 governadores, por meio de seus advogados, dizem nos processos que são inocentes, que não cometeram ilícitos eleitorais e que estão sendo perseguidos pelos adversários derrotados nas eleições.

Quem assume

Cassar governador não é mais tabu para o Judiciário. Em 2009, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a perda de mandato de três governadores: Jackson Lago (Maranhão), Cássio Cunha Lima (Paraíba) e Marcelo Miranda (Tocantins). Mas sempre que a Justiça decide pela cassação de um político, surge a dúvida: quem assume o posto?

No caso da Paraíba e do Maranhão, o TSE determinou a posse do segundo colocado na eleição de 2006 — José Maranhão e Roseana Sarney, respectivamente. Porém, ao analisar a situação em Tocantins, o tribunal decidiu por uma nova eleição, só que indireta, entre os deputados estaduais.

Segundo os ministros do TSE, a diferença é que Miranda foi eleito em primeiro turno. Portanto, com a anulação dos votos recebidos por ele, a eleição ficou prejudicada.

Meta Fields